

Educação financeira: Um estudo do perfil do comportamento financeiro de acadêmicos dos cursos de gestão

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar se os alunos do curso de gestão tem uma melhor educação financeira que os alunos dos demais cursos. Para tal, foi aplicado presencialmente um questionário com discentes regularmente matriculados em uma universidade particular do estado de Santa Catarina. Diante de 550 respostas válidas, a análise de regressão permitiu inferir que alunos pertencentes ao grupo de cursos de gestão (administração e ciências contábeis) tendem a ser mais educados financeiramente que os alunos dos demais cursos, conforme esperado. Contudo, foi destacado perante a estatística descritiva da pesquisa que discentes dos cursos de gestão apresentam mais características de endividamento quando comparados aos demais. Esse estudo confirma a tendência de que o contato com conceitos acerca de finanças pessoais favorece a educação financeira do indivíduo, portanto, os resultados reforçam a necessidade da ampliação de estudos desse âmbito em todas as esferas de ensino, especialmente considerando a deficiência em termos de educação financeira do cidadão brasileiro médio, conforme reportado por algumas pesquisas.

Palavras-chaves: Educação financeira. Comportamento financeiro. Planejamento financeiro. Cursos de Gestão.

Linha Temática: Ensino em Contabilidade - Tecnologias e técnicas de ensino, abordagens normativa, positiva, axiomática, semiótica e histórica

1 Introdução

De acordo com um levantamento feito pelo Banco Central do Brasil (BCB) (2017) com 2.002 pessoas de todas as regiões do país, apenas 31% dos entrevistados conseguiram poupar alguma parte dos seus rendimentos em um intervalo de 12 meses. Em uma pesquisa similar realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) (2017), foi revelado que 57% da população das classes A, B e C não investe em nenhum tipo de aplicação, nem mesmo na poupança. Com base nesses recentes estudos, se verifica que a falta de educação financeira atinge todas as classes sociais.

Destaca-se que a complexidade do sistema financeiro brasileiro, aliada à falta de investimentos das autoridades no que tange à educação financeira, resulta em uma população despreparada para tomar decisões sobre como utilizar seus próprios recursos (Savoia, Saito & Santana, 2007). Nos últimos anos, o consumo desenfreado vem trazendo diversos problemas – a exemplo da inadimplência do cidadão brasileiro médio – levantando uma reflexão sobre o uso consciente do dinheiro (Andrade & Lucena, 2018).

Segundo Brito (2012), a educação financeira ajuda o cidadão a compreender melhor a economia do país, auxiliando-o a tomar melhores decisões financeiras. O mesmo autor afirma que, no Brasil, este tema ainda é pouco discutido no meio acadêmico. Assuntos relacionados à finanças são muito importantes, mas as escolas ainda se preocupam apenas com a formação técnica, esquecendo a educação financeira. Isso pode explicar como diversos profissionais altamente capacitados em suas formações podem ter problemas financeiros durante a vida (Kiyosaki & Lechter, 2002).

Apesar de ser um instrumento importante para as pessoas, a educação financeira está, geralmente, estabelecida apenas nos cursos de gestão do ensino superior, como Administração, Economia e Contabilidade, bem como nas experiências profissionais (Leal & Melo, 2008). Porém, estes autores afirmam que mesmo os indivíduos formados ou atuantes nessas áreas por diversas vezes não conseguem ter uma boa relação com suas finanças pessoais.

A presente pesquisa busca reforçar as vantagens que o conhecimento acerca das finanças pessoais pode proporcionar aos indivíduos, além de demonstrar a urgência da adoção de medidas de melhoria no sentido de orientação dos cidadãos sobre a educação financeira e o consumo consciente. Isso é corroborado por Halles, Sokolowski, e Hilgemberg (2008), ao explicar que a educação financeira é uma das ferramentas que promove o desenvolvimento econômico.

Tendo em vista o cenário apresentado, e levando em consideração o fato de que os cursos de Administração, Ciências Contábeis, e Ciências Econômicas estão ligados às finanças pessoais, surge a seguinte questão: **Qual a diferença no comportamento de controle financeiro dos estudantes da área de gestão em comparação com estudantes das demais áreas?**

Para responder o problema proposto foi elaborado como objetivo geral analisar a influência dos cursos de gestão no comportamento de controle financeiro dos estudantes de uma universidade particular do estado de Santa Catarina. O intuito foi verificar se os estudantes dos cursos da área de gestão conseguem gerir melhor seus recursos para atingir seus objetivos em função de possuírem mais contato no dia a dia com o campo das finanças. Para concluir esse objetivo, foi elaborado um questionário que veio a ser aplicado de forma presencial aos estudantes da referida instituição de ensino superior.

O trabalho se justifica em função das diversas notícias sobre o crescente endividamento do cidadão brasileiro e do intuito de demonstrar que um planejamento financeiro pessoal adequado colabora na obtenção de uma vida financeira mais estável, favorecendo o equilíbrio das finanças e evitando o endividamento pessoal. Portanto, confirmadas as expectativas da pesquisa, os resultados passam a contribuir para a sociedade, como um todo, de forma prática, uma vez que indivíduos menos propensos ao endividamento e mais conscientes acerca de seu perfil de consumo tendem a propiciar uma evolução no aspecto macroeconômico em sentido amplo.

2 Referencial Teórico

2.1 Educação Financeira

No Brasil, até 1994, as pessoas eram compelidas a gastar, em curto prazo, toda a sua renda, uma vez que a inflação corroía o valor do dinheiro em pouco tempo (Pastore & Pinotti, 1999). A economia nacional só viria a ser estabilizada a partir da implantação do plano Real, que elevou a renda das famílias em termos reais (Rocha, 2000). Após tal processo de estabilização da economia, o acesso ao crédito no Brasil foi facilitado para a população, o que possibilitou um aumento do poder de compra, mas devido à falta de prática do planejamento financeiro pessoal, os brasileiros, em média, se endividaram. É fato que o crescimento da oferta de crédito, sem o devido controle, gera inadimplência (Savoia, Saito & Santana, 2007).

No contexto nacional, os principais fatores para a inadimplência do brasileiro são o desemprego (37%), a redução de renda (24%) e o descontrole financeiro (12%) (CNDL; SPC Brasil, 2018). No mais, seis a cada dez pessoas têm pouco conhecimento sobre sua própria renda, mesmo assim, 40% ainda tomam atitudes sem pensar nas consequências (CNDL; SPC Brasil, 2018). Para melhorar esse panorama, faz-se importante a discussão sobre a educação financeira.

Educação financeira é o meio pelo qual as pessoas melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros e seus conceitos (OCDE, 2005). A educação financeira pode ser mensurada pelo grau de entendimento dos principais conceitos financeiros, com vista a ter confiança para administrá-los de forma apropriada nas decisões de curto e longo prazo, mesmo com mudanças nas condições econômicas (Remund, 2010). Uma vez que sejam capacitadas e bem orientadas, as pessoas podem ter mais consciência das oportunidades e riscos que envolvem cada atitude tomada, assim contribuindo para a formação de sociedades responsáveis (OCDE, 2005).

O objetivo dessa vertente da educação é “permitir a melhora de nossa qualidade de vida, seja hoje ou no futuro, atingindo de forma inteligente nossos objetivos pessoais” (Tommasi & Lima, 2007, p.14). A educação financeira é, deste modo, uma ferramenta que está diretamente ligada à qualidade das decisões financeiras que as pessoas tomam, e que, consequentemente, impactam seus investimentos, seus níveis de endividamento e a possibilidade de inadimplência. Logo, para um bom desempenho financeiro faz-se necessário um planejamento financeiro pessoal.

“Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família” (Frankenberg, 1999, pag. 32). Estudos como o de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) apontam que um bom planejamento é essencial para controlar as finanças, auxiliando a ajustar a renda do cidadão conforme suas necessidades (Giaretta, 2011). Esse processo

Realização:



deve ser individual, visto que pessoas possuem estilos de vida e metas diferentes (Arcuri, 2018). No mais, o planejamento pode ser realizado com o uso de planilhas eletrônicas ou anotações para que a pessoa se auto avalie, podendo analiticamente otimizar seus recursos (Leal & Nascimento, 2015).

O próprio Governo Federal elaborou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o intuito de conscientizar e educar as pessoas sobre o bom uso do dinheiro (Banco Central do Brasil, 2011). Muitos brasileiros ainda não percebem a real importância do tema, já que o assunto é algo geralmente distante do seu cotidiano, porém, este cenário vem mudando a cada ano diante de novos estudos e análises (Andrade & Lucena, 2018).

Uma pesquisa promovida pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard & Poor's) (2014) e analisada pelo Banco Mundial que mediu o nível de educação financeira de 144 países, apontou que o Brasil está na 74ª posição, atrás de alguns países muito pobres e menos desenvolvidos, como Madagascar, Togo e Zimbábue.

Outro estudo, realizado pela ANBIMA (2017), afirma que 40% dos brasileiros não poupam nada, pois o dinheiro que auferem só é capaz de pagar suas despesas, enquanto outros 10% nem se preocupam em poupar, afirmando que “preferem viver o presente”. Essas pesquisas demonstram como o nível de educação financeira do brasileiro é baixo. Para reverter este cenário, se faz necessário um melhor entendimento da importância de um bom planejamento financeiro para que o indivíduo melhore sua qualidade de vida.

Assim, faz-se importante o conhecimento sobre as possibilidades de investimentos, que auxiliam no desenvolvimento financeiro. De acordo com a pesquisa de Sbicca, Floriani e Juk, (2012), de 2003 até 2012, a oferta de crédito aumentou 209,9%. Segundo Lucci (2006), com inúmeros produtos financeiros ofertados (cartão de crédito, cheque especial, poupança, fundos de investimentos etc.), o mercado financeiro se tornou complexo demais, onde há uma exigência de certo conhecimento sobre finanças para que sejam tomadas decisões adequadas.

2.2 Tipos de Investimentos

Tão importante quanto poupar, é saber onde alocar os recursos. Independente do quanto se ganha, bons investimentos são importantes para fazer o dinheiro render o máximo possível (Halles, Sokolowski & Hilgemberg, 2008). “Pode-se considerar investimento qualquer aplicação que traga retorno financeiro.” (Piaia, 2008, pág. 29). O Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) possui diversas modalidades de investimento, dentre as principais, constam:

a) Poupança: considerada um dos investimentos mais conservadores do sistema financeiro brasileiro. Cerbasi (2008) considera que a poupança é muito popular no Brasil devido a sua simplicidade e também sua previsibilidade no que tange ao rendimento, pois todos os bancos possuem a mesma taxa de rentabilidade.

b) Títulos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDB): esses tipos de investimento são considerados seguros, ou seja, de perfil conservador, para pessoas que não querem correr muito risco. Em geral, o investidor não terá surpresas negativas ao final da aplicação, pois haverá sempre uma rentabilidade garantida sobre o investimento, geralmente conhecida pelo investidor no início da operação (Frankenberg, 1999). Assim como a poupança, os títulos de renda

Realização:



fixa são protegidos pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC, reforçando o caráter conservador desses investimentos ao mitigar o risco do investimento.

c) Fundos de investimento: podem ser de renda fixa ou variável, representando uma forma de investimento coletivo. Eles reúnem recursos de diversas pessoas com o objetivo de obter ganhos a partir de aplicações no mercado financeiro (Sotto-Maior, 2015).

d) Renda variável: nessa forma de investimento não é possível prever os lucros, como ocorre nos títulos de renda fixa, ou seja, há a incerteza de ganhos no futuro. Entende-se, portanto, que na renda variável corre-se o risco de ter perdas e ganhos (Cerbasi, 2008). Porém, diante do maior risco, há também a possibilidade de maiores retornos. Cabe destacar que embora não sejam comuns, alguns CDB's assumem forma de renda variável.

Em se tratando de renda variável, tem-se que a principal forma de investimento é a compra e venda de ações no mercado de capitais, muito embora o cidadão brasileiro, em geral, não adentre nesse âmbito. Para Pereira (2010), quando um investidor aplica recursos em ações de uma empresa, ele está comprando uma parte desta empresa, ou seja, está se tornando sócio dela. Cerbasi (2008) completa isso ao explicar que investir em ações é adquirir o direito de participar dos lucros e também dos prejuízos que uma empresa pode ter.

Para gerar noções sobre o perfil do investidor brasileiro, tem-se o levantamento feito pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) (2018). Diante de uma amostra de 680 pessoas, o estudo revelou que 69% entrevistados mantêm suas reservas financeiras na poupança, enquanto o Tesouro Direto e os CDB's são representados ambos com 9% das respostas.

Essa pesquisa aponta, por exemplo, que as pessoas conhecem como investimento o carro particular para uso próprio, sendo essa crença representada por 41% dos entrevistados. Achados como este corroboram com o entendimento de que o brasileiro não conhece os produtos financeiros disponíveis, diagnosticando, portanto, uma possível razão para que a poupança, mesmo tendo a menor rentabilidade, ainda seja frequentemente procurada pelos brasileiros quando se trata de investimentos.

2.3 A Educação Financeira no Ensino Superior

Conforme preconizam Savoia, Saito e Santana (2007), não há obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O Ministério da Educação (MEC) prioriza um processo de aprendizagem multidisciplinar, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender, visando a inserção dos estudantes na vida adulta. Diante dessa realidade, os brasileiros não adquirem o hábito de poupar, pois não foram educados na infância ou sequer na vida adulta a gerir o próprio dinheiro, já que o sistema de ensino comum não privilegia este tema (Halles, Sokolowski & Hilgemberg, 2008).

Alguns estudos abordam a questão da educação financeira no contexto universitário, sendo apresentados alguns deles, a seguir.

Vieira et al. (2011) comparam o nível de conceitos sobre consumo, investimento e poupança entre os alunos das primeiras e últimas fases dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis de uma universidade pública do norte do Paraná mediante uma amostra de 610

estudantes. A hipótese de que os alunos dos cursos pesquisados no último ano possuíam mais competências para reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os alunos dos mesmos cursos nas séries iniciais, não foi confirmada.

Donadio (2014) analisou a educação financeira de estudantes universitários e suas relações com variáveis psicológicas e sociológicas. A pesquisa demonstrou que as disciplinas relacionadas à finanças tinham relevância no nível de educação financeira dos estudantes. A pesquisa demonstra também, que os alunos que tinham uma preocupação maior com o bem-estar em curto prazo detinham menor nível de educação financeira.

Rodrigues e Carvalho (2017) realizaram um estudo com os estudantes da Universidade Federal do Piauí no qual foi analisado o nível de educação financeira dos acadêmicos de Administração e Contabilidade. Por meio do estudo realizado, os autores constataram que o nível de conhecimento financeiro destes alunos é insatisfatório, e a formação acadêmica em cursos de gestão como Administração e Ciências Contábeis gera melhorias na educação financeira dos acadêmicos. Destaca-se aqui que, diferentemente da referida pesquisa, o presente trabalho visa comparar os discentes dos cursos de gestão com os das demais áreas.

Por fim, Andrade e Lucena (2018) verificaram a relação entre o nível de educação financeira de diferentes grupos acadêmicos. Os achados apontam que a graduação é estatisticamente significativa em relação ao conhecimento financeiro dos alunos, sugerindo que alunos de cursos que possuem disciplinas como economia, finanças e matemática apresentam conhecimento financeiro superior em relação aos demais alunos.

3 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva, de levantamento tipo *survey* (Bryman, 2003) e de abordagem quantitativa (Richardson, 1999). A população remete aos graduandos de uma universidade particular localizada em Santa Catarina. A população inicial era de 594 respondentes, todavia, algumas observações foram eliminadas diante da ausência de respostas em todos os itens do questionário (apresentado adiante). Ao todo, ocorreram 44 eliminações, culminando em uma amostra final de 550 respondentes.

Os alunos em questão eram matriculados em cursos de ciências sociais aplicadas da área de negócios (administração e ciências contábeis), além de cursos das áreas de humanas, ciências exatas e saúde. Todos os alunos estavam regularmente matriculados no primeiro semestre no ano de 2019. Com base nos estudos previamente mencionados, teve-se como hipótese geral de pesquisa:

H1: Discentes dos cursos de gestão são mais educados financeiramente que discentes de áreas não relacionadas à gestão.

O questionário, utilizado como instrumento de pesquisa, foi elaborado para identificar o nível de conhecimento dos acadêmicos em relação a educação financeira. As questões abordam temas como: noções de poupança e investimento; planejamento financeiro; e endividamento. Este questionário foi aplicado aos acadêmicos de forma presencial, com uma única vertente de identificação, o curso no qual o respondente estava matriculado. As proposições foram elaboradas a partir do estudo de Silva, Neto & Araújo (2017). A Tabela 1 apresenta as assertivas do questionário.

Tabela 1. Questionário de Pesquisa

Bloco	Variáveis
Caracterização dos estudantes	Curso
	Fase
	Gênero
	Idade
	Número de dependentes
	Moradia
Receita	Você trabalha atualmente? Renda mensal pessoal
Endividamento	Você em algum momento teve seu nome negativado em algum sistema de crédito?
	Você se considera endividado?
	Qual o percentual do seu rendimento mensal está comprometido com prestações/obrigações mensais?
Poupança e Investimento	Quanto, em termos percentuais, você consegue poupar da sua renda mensal?
	Você possui alguma de investimento?
Orçamento e Controle	Anote e controle gastos pessoais
	Estabeleço metas financeiras
	Sigo um orçamento ou plano de gastos

Fonte: Adaptado de Silva, Neto & Araújo (2017).

Na análise dos resultados foi feita, em primeira instância, uma verificação acerca da estatística descritiva dos blocos visando a educação financeira dos dois grupos estudados. Após a análise da estatística descritiva, foi realizada a análise fatorial para as respostas obtidas no questionário no subgrupo de orçamento e controle, já que tais respostas foram mensuradas em uma escala *Likert* de 5 pontos e, portanto, não apresentavam as propriedades métricas necessárias para a inclusão em um modelo de regressão linear.

Este procedimento, que buscou reduzir o número de itens em apenas uma unidade, foi feito sob a forma de Análise dos Componentes Principais (ACP) mediante o método de rotação *Varimax*, seguindo os critérios dispostos por Fávero et al. (2009) no que se refere às cargas fatoriais, às comunalidades (H^2), ao resultado de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), ao Teste de Esfericidade de Bartlett, à Medida de Adequação da Amostra (MSA) e ao Alfa de Cronbach para a confiabilidade dos constructos.

Por fim, a regressão linear múltipla apresentou os resultados necessários para a verificação da hipótese de pesquisa sugerida. A Equação 1, a seguir, reporta as variáveis elencadas no modelo proposto.

$$CF = \beta_0 + \beta_1 FASE + \beta_2 IDADE + \beta_3 d. CURSO + \mu \quad (1)$$

Onde:

CF é a variável de resposta, representada pela Controle Financeiro;

FASE é uma variável de controle, representada pela Fase do curso em que o respondente se encontra.

IDADE é uma variável de controle, representada pela Idade em anos do respondente.

CURSO é uma variável de estímulo, representada de forma binária (*dummy*), onde assume-se valor 1 para os

Realização:

respondentes matriculados em cursos de administração ou ciências contábeis e valor 0 para os respondentes matriculados nos cursos restantes.

β_0 é o intercepto da regressão;

β_1 é o coeficiente angular da regressão;

μ é o termo de erro da regressão.

As variáveis FASE e IDADE foram tratadas como variáveis de controle na pesquisa dada a suposição de mudança no perfil de educação financeira do discente ao longo do tempo, ao passo que a *dummy* referente ao curso no qual o discente está matriculado reporta o interesse da pesquisa.

A análise fatorial foi realizada no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS®), enquanto as estatísticas descritivas, os testes para os pressupostos básicos de regressões e o cálculo das regressões, em si, se deram por meio do *software Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library* (GRETl®). Todos os procedimentos foram realizados considerando sempre um nível de confiança de 95%.

4 Apresentação e Análise Dos Resultados

A primeira parte desta seção diz respeito às estatísticas descritivas da amostra. A Tabela 2 apresenta a população estudada na pesquisa, dividida entre os estudantes dos cursos de gestão, administração e ciências contábeis e os estudantes das demais áreas, com estudantes dos cursos de arquitetura, direito, engenharia civil, fisioterapia, jornalismo, nutrição, psicologia e publicidade.

Tabela 2. Número de alunos por grupo da amostra pesquisada

Área	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Cursos de Gestão	221	40,19
Demais áreas	329	59,81

Na Tabela 3 são demonstradas as características descritivas dos alunos dos cursos de gestão. Nota-se que a amostra contempla representantes de todas as fases dos cursos em estudo. O sexo feminino representa 54,75% do total dos estudantes decursos de gestão, ao passo que o percentual masculino é de 45,25%.

Ainda nesta tabela, é trazida a faixa etária dos estudantes dos cursos de gestão, sendo que 39,37% possuem idade entre 17 a 21 anos, 36,65% têm entre 22 a 26 anos, 15,84% alunos possuem entre 27 a 31 anos, 5,88% têm entre 32 a 36 anos e apenas 2,26% têm 37 anos ou mais. Este percentual majoritário de adolescentes e jovens de até 26 anos é próximo ao obtido em pesquisas correlatas, tais quais as de Santos, Moura e Almeida (2018) e Silveira et al. (2018).

O estado civil solteiro é maioria entre os respondentes (79,19%), seguido de casado (10,41%) e união estável (8,60%). Sugere-se que o estado civil pode estar ligado a pouca idade dos respondentes. Desses alunos, 85,97% não possuem dependentes, 8,14% possuem um dependente e 5,88% possuem dois dependentes ou mais. Os estudantes responderam de que forma se dá sua moradia; a maioria mora com a família sem despesas com moradia (35,29%), seguido de casa própria quitada (17,19%) e aluguel (16,29%).

Foi perguntado, ainda, aos estudantes, se estavam empregados atualmente. 86,43% afirmam que sim, 13,47% não trabalham. Verificou-se a renda destes alunos, onde 42,99% ganham entre

um a dois salários mínimos, seguido de 20,81% que ganham de dois a três salários mínimos, ficando constatado que apenas 9,50% não possuem qualquer tipo de renda.

Tabela 3. Perfil dos estudantes de gestão

Variáveis	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Fase	1ª a 2ª Fase	53	23,98
	3ª a 4ª Fase	31	14,03
	5ª a 6ª Fase	94	42,53
	7ª a 8ª Fase	43	19,46
Gênero	Feminino	121	54,75
	Masculino	100	45,25
Faixa Etária	17 a 21 anos	87	39,37
	22 a 26 anos	81	36,65
	27 a 31 anos	35	15,84
	32 a 36 anos	13	5,88
	37 anos ou mais	5	2,26
Estado civil	Casado	23	10,41
	Outro	2	0,90
	Separado	2	0,90
	Solteiro	175	79,19
	União Estável	19	8,60
Dependentes	Nenhum	190	85,97
	Um	18	8,14
	Dois	7	3,17
	Três	1	0,45
	4 ou mais	5	2,26
Moradia	Casa alugada	36	16,29
	Casa financiada (pagando prestações)	35	15,84
	Casa própria que está quitada	38	17,19
	Com familiares com auxílio nas despesas	34	15,38
	Com fam. sem desp. com moradia	78	35,29
Trabalha	Sim	191	86,43
	Não	30	13,57
Renda Mensal	Até um salário mínimo	30	13,57
	De um a dois salários mínimos	95	42,99
	De dois a três salários mínimos	46	20,81
	De três a cinco salários mínimos	16	7,24
	Mais de cinco salários mínimos	13	5,88
	Não possui renda	21	9,50

O mesmo questionário foi aplicado aos estudantes dos outros cursos, onde se pode verificar que 69,30% dos estudantes das demais áreas estão entre a primeira e segunda fase, 23,10% estão entre a terceira e quarta fase, 3,04% estão entre a quinta e sexta fase, 3,04% estão entre a sétima e oitava fase e apenas 1,52% estão entre a nona e décima fase. O gênero feminino é dominante no total de alunos, sendo 56,84% e o masculino é de 43,16%.

Tabela 4. Perfil dos estudantes de outras áreas

Variáveis	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Fase	1ª a 2ª Fase	228	69,30
	3ª a 4ª Fase	76	23,10
	5ª a 6ª Fase	10	3,04
	7ª a 8ª Fase	10	3,04
	9ª a 10ª Fase	5	1,52
Gênero	Feminino	187	56,84
	Masculino	142	43,16
Faixa Etária	17 a 21 anos	152	46,20
	22 a 26 anos	83	25,23
	27 a 31 anos	43	13,07
	32 a 36 anos	30	9,12
	37 anos ou mais	21	6,38
Estado civil	Casado	35	10,64
	Outro	7	2,13
	Separado	8	2,43
	Solteiro	252	76,60
	União Estável	27	8,21
Dependentes	Nenhum	246	74,77
	Um	47	14,29
	Dois	30	9,12
	Três	3	0,91
	4 ou mais	3	0,91
Moradia	Casa alugada	70	21,28
	Casa financiada (pagando prestações)	35	10,64
	Casa própria que está quitada	81	24,62
	Com familiares com auxílio nas despesas	50	15,20
	Com fam. sem desp. com moradia	93	28,27
Trabalha	Sim	233	70,82
	Não	96	29,18
Renda Mensal	Até um salário mínimo	52	15,81
	De um a dois salários mínimos	106	32,22
	De dois a três salários mínimos	56	17,02
	De três a cinco salários mínimos	28	8,51

Mais de cinco salários mínimos	15	4,56
Não possui renda	72	21,88

Os alunos das demais áreas estão divididos pelas seguintes faixas etárias: 46,20% dos estudantes têm entre 17 a 21 anos, 25,23% possuem entre 22 a 26 anos, já os alunos entre 27 a 31 anos correspondem a 13,07% do total, 9,12% têm entre 32 a 36 anos e 6,38% possuem entre 37 a 41 anos.

Assim como nos cursos de gestão, o maior percentual de estado civil entre os graduandos dos outros cursos é solteiro (76,60%), na sequência aparecem os casados (10,64%) e então a união estável (8,21%). 74,77% não possuem dependentes, 14,29% possuem um dependente, 9,12% possuem dois dependentes e apenas 1,84% possuem três dependentes ou mais. Já como forma de moradia, 28,27% dos respondentes disseram que moram com a família sem despesas com moradia, 24,62% possuem casa própria quitada e 21,28% moram de aluguel.

Sobre emprego, a maioria dos estudantes dos outros cursos revela que trabalha atualmente (70,82%), já 29,18% não trabalham. Quando questionados sobre o valor de sua renda, 32,22% afirmam ganhar até um salário mínimo; chama atenção o percentual dos alunos que não possuem renda (21,88%), já 17,02% ganha entre um a dois salários mínimos, seguido de três a cinco salários mínimos (8,51%). Todas essas informações são evidenciadas conforme Tabela 4.

Após a caracterização dos estudantes foi buscado questões relacionadas ao seu endividamento. Quando questionados se já tiveram o nome negativado em algum momento, pode-se verificar que 27,15% dos alunos de gestão já tiveram seu nome negativado, já o percentual dos demais cursos é de 35,26%. Os números apresentam que os alunos do curso de gestão apresentam um melhor histórico quanto ao acúmulo de dívidas. Os dados são corroborados quando pelas respostas dos alunos se esses se consideram ou não endividados. Dos respondentes, 16,74% dos estudantes dos cursos de gestão consideram-se endividados, já 28,57% dos graduandos de outras áreas afirmam estar endividados.

Além da percepção dos próprios alunos, foi buscado o percentual da renda que está comprometida pelos estudantes respondentes. Dos estudantes de cursos de gestão, 27,60% afirmam ter de 1% a 30% da sua renda comprometida, 39,82% consideram ter de 31% a 60%, 19,46% responderam que têm de 61% a 90%, já 13,12% dizem ter de 91% a 100%. Os alunos das demais áreas responderam com os seguintes percentuais: 34,95% dizem ter de 1% a 30% de sua renda comprometida, 32,83% afirmam ter de 31% a 60%, 17,93% consideram ter de 61% a 90% e 14,29% responderam ter de 91% a 100%.

A análise mostra que o percentual de comprometimento da renda, tanto dos estudantes dos cursos de gestão, quanto das demais áreas, é similar. Houve maior disparidade de resultados na primeira (1% a 30%) e na segunda faixa (31% a 60%). Pode-se considerar que os alunos dos cursos de gestão estão mais endividados do que os alunos dos demais cursos, pois 72,40% deles estão com a renda comprometida em mais de 30%, contra 65,05% dos alunos dos demais cursos. Destaca-se ainda que mesmo com um maior percentual de respondentes com mais de 30% de sua renda comprometida, os alunos de gestão não se consideram endividamentos, inclusive podendo ter um melhor controle, visto que houve um menor percentual de estudantes com o nome negativado.

Sobre reservas de emergência, foi perguntando aos alunos quanto tempo conseguiriam se manter caso tivessem perdido sua renda. Dos respondentes estudantes de gestão, 47,51% afirmam não ter reservas, 21,72% conseguem se manter de 1 a 3 meses, 12,67% consideram poder se manter entre 4 a 6 meses e 18,10% mais de 6 meses. Dos alunos das demais áreas, 50,15% não possuem reservas, 22,49% afirmam conseguir se manter entre 1 a 3 meses, 13,07% entre 4 a 6 meses e 14,29% mais de 6 meses. Nesse quesito, não houve muita divergência de percentual entre os grupos. No entanto, chama a atenção o fato de mais de 48,83% do total dos estudantes não possuírem nenhum tipo de reserva.

Além do endividamento foi buscado o percentual que os respondentes conseguem poupar de sua renda, no qual 31,67% dos estudantes de gestão não conseguem poupar, 19,46% poupam de 0,1% a 10%, 29,41% poupam entre 10% a 25%, 17,19% afirmam poupar de 25% a 50% e apenas 2,26% poupam mais de 50%. Dos alunos das demais áreas, 36,78% disseram não conseguir poupar, 18,84% poupam de 0,1% a 10%, 24,62% afirmam poupar entre 10% a 25%, 14,59% conseguem poupar de 25% a 50% e 5,17% poupam mais 50% de sua renda.

Mesmo com pouca diferença, pode-se verificar que os alunos de gestão conseguem poupar mais do que estudantes dos outros cursos. Observa-se, também, que há uma divergência de resultados quando se compara com as respostas do percentual que conseguem poupar, visto que 48,83% do total de alunos afirmam não ter qualquer tipo reserva, e em contrapartida uma média de 34,22% dos alunos afirmam não poupar. Essa diferença chega a 14,61%, o que traz o seguinte questionamento: por que esses estudantes que afirmam conseguir poupar não possuem reserva? Os dados ainda corroboram com os achados da ANBIMA (2017), que encontraram que 40% dos brasileiros não poupam.

Foi questionado aos respondentes que tipo de investimento possuem, caso tivessem algum. Foram considerados produtos como poupança, CDB, ações, fundos de investimento, títulos públicos e ainda incluída a opção “outros” no questionário. Nessa assertiva os estudantes poderiam marcar mais de uma opção caso optassem tivessem mais de um investimento. A Tabela 5 apresenta os tipos de investimentos dos estudantes.

Tabela 5. Investimento dos Estudantes

Investimento	Cursos de Gestão		Demais Cursos	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ações	11	4,42%	5	1,46%
CDB	8	3,21%	5	1,46%
Fundo de Investimento	11	4,42%	13	3,79%
Outros	25	10,04%	25	7,29%
Títulos Públicos	3	1,20%	3	0,87%
Não possuo investimento	94	37,75%	148	43,15%
Poupança	97	38,96%	144	41,98%
Total	249	100%	343	100%

Dos alunos dos cursos de gestão, 62,25% afirmam ter algum tipo de investimento entre os citados acima. Já entre os estudantes de outras áreas, 55,02% declaram possuir investimentos. Consta-se que não há divergência relevante de resultado entre os dois grupos nesse quesito.

Analisou-se, ainda, se os estudantes possuíam investimentos além da poupança. Apesar de boa parte dos estudantes informarem que possuem investimentos, se constatou que apenas 23,29% dos alunos de gestão possuem investimentos além da poupança. Os números são ainda inferiores nos acadêmicos dos demais cursos, no qual apenas 14,87% possuem outras formas de investimentos. Tal análise corrobora com a afirmação de Cerbasi (2008), quando diz que a poupança é o investimento mais popular no Brasil.

Os dados apresentados pelos estudantes apontam o quanto esses são conservadores quanto aos seus investimentos, tendo a grande maioria investimentos em formas mais conservadoras, com baixo risco e consequente baixo retorno. Os números ficam ainda mais evidentes ao buscar os estudantes que fazem investimentos em ações, tendo pouca popularidade dessa forma de investimentos na amostra estudada.

Aponta-se que uma parte da amostra estudada não possuem renda, o que implica em uma não preocupação em investimentos. Tem-se ainda que boa parte dos estudantes não conseguem poupar seus rendimentos que acaba influenciando nos dados de investimentos evidenciados.

Dando continuidade aos procedimentos metodológicos elencados previamente, são apresentados na Tabela 6 os resultados da análise fatorial exploratória realizada para os 3 constructos acerca do Controle e Orçamento dispostos no questionário da pesquisa, quais sejam: anotar e controlar gastos pessoais; estabelecer metas financeiras; seguir um orçamento ou plano de gastos. Ressalta-se que este procedimento foi feito visando reduzir a escala de variáveis, unificando as variâncias dos referidos constructos em uma única variável com propriedades métricas.

Tabela 6. Análise fatorial exploratória dos constructos

Constructo	Questão	Fator	H ²	MSA	KMO	Teste de Bartlett	Alfa de Cronbach
Controle e Orçamento	CF1	0,832	0,693	0,731	0,705	X ² =534,957 Sig=0,000	0,804
	CF2	0,839	0,704	0,720			
	CF3	0,873	0,762	0,671			

Legenda: H² = Comunalidades; MSA = Análise de matriz de anti-imagem; KMO = teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin.

O procedimento foi considerado adequado a partir do aceite dos critérios mínimos estabelecidos por Fávero et al. (2009) para todos os referidos itens. Com isso, a variável CF pôde ser adotada como variável de resposta na Equação 1.

Os resíduos da regressão não apresentaram características de normalidade, dado que o p-valor obtido no teste Jarque-Bera foi < 0,000. Todavia, considerando o tamanho da amostra (n = 550) e o Teorema do Limite Central, este pressuposto pôde ser relaxado (Gujarati & Porter, 2011).

Já no que diz respeito à condição de homocedasticidade, o teste de Breusch-Pagan reportou um p-valor aproximado de 0,004. Sendo assim, a hipótese nula do referido teste não foi aceita, indicando problemas de heterocedasticidade. Foi adotada a correção de White como medida de ajuste para tal resistência.

E, por fim, os Fatores de Inflação da Variância (FIV) das variáveis independentes foram de: FASE (1,408); IDADE (1,035); d.CURSO(1,380). Destarte, considerando que os valores são inferiores a 10 unidades, tem-se que não há problemas de multicolinearidade conforme Gujarati e Porter (2011). Dado isso, são apresentados, a seguir, os resultados da Equação 1, na Tabela 7.

Tabela 7. Análise de regressão.

Painel A				
	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor
Intercepto	-0,0159235	0,177963	-0,08948	0,9287
Fase	0,0197455	0,0191195	1,033	0,3022
Idade	-0,00678245	0,00721822	-0,9396	0,3478
D.curso	0,297434	0,0942005	3,157	0,0017
Painel B				
R²	0,032249		R² ajustado	0,026932
F(3, 546)	6,394331		P-valor(F)	0,000291

Nota-se que o modelo como um todo é estatisticamente significativo, dado que o P-valor (F) é $< 0,05$. Ademais, tem-se que o modelo apresenta capacidade preditiva de cerca de 3,2%.

A variável Fase apresenta um p-valor de 0,3022, demonstrando que essa variável não possui influência sobre o nível de educação financeira dos alunos. Essa análise reforça o estudo de Vieira et al. (2014), quando verificaram que o nível de conhecimento de conceitos de finanças entre os alunos das primeiras e últimas fases dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis se equiparava.

Em relação a variável Idade, o p-valor foi de 0,3478, ou seja, a idade também não influencia no entendimento sobre finanças dos estudantes. Isso sugere uma inexistência de impacto na educação financeira em função do amadurecimento do discente ao longo dos anos, coadunando com o resultado anterior percebido na variável Fase.

Em contrapartida, a terceira variável, que representa o interesse da presente pesquisa, aponta para uma significância de 1%, indicando que o curso exerce influência no nível de educação financeira dos graduandos. O sinal positivo desse coeficiente sugere que, para a amostra obtida, estar matriculado em um dos cursos de gestão favorece o comportamento de controle financeiro do discente. Destarte, tem-se que a H1 não pode ser rejeitada.

Este resultado corrobora com o estudo de Andrade e Lucena (2018) apontando que os conhecimentos adquiridos nos cursos de gestão influenciam em um melhor comportamento de controle financeiro.

Contudo, conforme apontam Rodrigues e Carvalho (2017), cabe destacar que, ainda assim, o nível de conhecimento dos alunos sobre o tema é insatisfatório, visto que uma parcela significativa destes investem apenas em poupança ou não têm investimentos, não possuem reserva de emergência, têm boa parte da renda comprometida e não tem noção de endividamento. Além disso, em alguns quesitos, como por exemplo, na questão de noção de endividamento os demais cursos demonstraram um melhor desempenho.

5 Considerações Finais

Diante de tantas reportagens sobre o crescimento do endividamento dos brasileiros, faz-se importante adotar medidas, tanto por parte do poder público quanto de empresas privadas, com foco em orientar as pessoas na gestão de seus recursos.

O presente estudo trouxe o tema educação financeira como objetivo central, trazendo diversos conceitos sobre o assunto. Apresentou um breve panorama da situação econômica do cidadão brasileiro e a importância de disseminar esse tema no meio acadêmico. Considerando a situação evidenciada, foi realizada uma amostra que foi dividida em dois grupos: cursos de gestão de uma universidade particular de Santa Catarina. Foi comparado o nível de educação financeira dos alunos de gestão e dos alunos dos demais cursos.

Um questionário contendo perguntas de características descritivas e comportamento financeiro foi aplicado aos alunos para alcançar o objetivo da pesquisa visando elaborar uma análise comparativa. Com base nos dados coletados e das análises realizadas, foi possível verificar o perfil sócio econômico e demográfico desses alunos, revelando, por exemplo, que a maior concentração de alunos na faixa etária está entre 17 a 21 anos. A média de idade dos grupos analisados é praticamente igual, 24,03 entre os alunos de gestão e 24,57 dos estudantes dos demais cursos, bem como o percentual que cada sexo representa dentro desses grupos.

Verificou-se que os alunos dos cursos de Administração e Contabilidade, em geral, possuíam melhor gestão financeira que os demais alunos, como revelam os gráficos e a análise de regressão. Porém, mesmo havendo certa vantagem, ainda assim é notável que o nível de educação financeira destes alunos é baixo, visto que o nível de reserva de emergência e investimentos é consideravelmente baixo. A hipótese desse estudo não foi rejeitada, já que os cursos de gestão possuem relevância quando se trata de educação financeira.

A educação financeira é necessária não só na área de gestão, mas sim para qualquer profissional, independentemente de sua renda. Por meio desse estudo foi possível determinar o perfil socioeconômico dos acadêmicos de uma universidade particular, sendo possível fazer uma comparação com outros estudos da área, confirmando algumas hipóteses e trazendo novas perspectivas sobre o tema.

O estudo apresenta limitações quanto a sua amostra, já que estudantes do período matutino não foram inclusos, bem como o de outros polos. Para pesquisas futuras, sugere-se uma averiguação desta vertente, já que há uma tendência de discrepância entre resultados obtidos entre os períodos matutinos e vespertinos em função da possível diferença em quesitos como renda mensal, número de dependentes etc. Outra possibilidade de estudo seria utilizar a mesma *survey* em cursos de gestão de uma faculdade particular e uma instituição pública, visando identificar possíveis discrepâncias entre os discentes destas unidades.

REFERÊNCIAS

- ANBIMA. (2017). *O raio x do investidor brasileiro*. Recuperado de: <https://cointimes.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio-Raio-X-Investidor-PT.pdf>
- Andrade, J. P., & Lucena, W. G. L. (2018). Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. *Revista Economia & Gestão*, 18(49), 103-121.
- Arcuri, N. (2018) Me poupe! 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso. *Rio de*

Realização:



- Janeiro: Sextante, 1.*
- Banco Central do Brasil. (2011). *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*. Recuperado de:
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fpef%2FPORT%2Fenef.asp>
- Banco Central do Brasil. (2017). *Série Cidadania Financeira Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão*. Recuperado de:
https://www.bcb.gov.br/nor/relnconfin/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf
- Brito, L. S., Baptista, J., Silva, S., Braz, S., & Henrique, M. (2013). A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. IX SeGet.
- Bryman, A. (2003). *Research methods and organization studies*. Routledge.
- Cerbasi, G. (2008). *Investimentos inteligentes*. Thomas Nelson Brasil.
- Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); Serviço De Proteção Ao Crédito Do Brasil (SPC Brasil). (2018). *Cenário da Poupança e dos Investimentos dos Brasileiros*. Recuperado de:
http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/investidor/estudos/pesquisas/20181002_e_studo_spc_cenario_da_poupanca_e_dos_investimentos_dos_brasileiros.pdf
- Donadio, R. (2014). Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.
- Frankenberg, L. (1999). *Seu futuro financeiro: você é o maior responsável*. Gulf Professional Publishing.
- Giaretta, M. (2011). Planejamento Financeiro Pessoal: Uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- Halles, C. R., Sokolowski, R., & Hilgemberg, E. M. (2008). O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. *I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais*. Curitiba.
- Kiyosaki, R. T., & Lechter, S. L. (2000). *Pai rico pai pobre*. Rio de Janeiro: Campus.
- Leal, C. P., & Nascimento, J. A. R. (2015). Planejamento financeiro pessoal. *Revista de Ciências Gerenciais*, 15(22).
- Leal, D. T. & Melo, S. de. (2008). A contribuição da Educação Financeira para a formação de Investidores.
- Lucci, C. R., Zerrenner, S. A., Verrone, M. A. G., & Santos, S. D. (2006). A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. *Seminário em Administração*, 9.
- OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). Improving financial literacy: analysis of issues and policies.
- Pastore, A. C., & Pinotti, M. C. (1999). Inflação e Estabilização: Algumas Lições da I

- Experiência Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 53(1), 3-40.
- Pereira, D. J. (2010). Finanças pessoais: estratégias de investimentos.
- Piaia, C. F. (2008). Finanças pessoais e independência financeira: a educação e organização financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas.
- Remund, D. L. (2010). Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of consumer affairs*, 44(2), 276-295.
- Richardson, R. J. (1999). Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 79.
- Rocha, S. (2000) *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Recuperado de:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf
- Rodrigues, I. M. S. & Carvalho, H. A. (2017). Gestão Financeira Pessoal: Uma análise sobre educação financeira com acadêmicos de administração e contabilidade.
- Santos, E. A., Moura, I. V., & de Almeida, L. B. (2018). Intenção dos Alunos em seguir carreira na área de Contabilidade sob a Perspectiva da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 12(1).
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & de Angelis Santana, F. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, 41(6), 1121-1141.
- Sbicca, A., Floriani, V., & Juk, Y. (2012). Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. *Revista Economia & Tecnologia*, 8(4).
- Silva, J. G., Neto, O. S. S., & Araújo, R. C. (2017). Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), 104-120.
- Silveira, T. S., Casagrande, M. C., Batista, T. C., & Marçal, R. R. (2018) Ética Profissional: Um estudo sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da UFRJ. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, 1(2), 106-125.
- Silvestre, A. L. (2007). *Análise de dados e estatística descritiva*. Escolar editora.
- Sotto-Maior, F. (2015). *Fundos de Investimento: o que são*. Recuperado de:
<https://verios.com.br/blog/fundos-de-investimento-o-que-sao/>
- SPC BRASIL; Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. (2018). *Além dos efeitos da crise, des controle financeiro está entre principais causas da inadimplência no país*. Recuperado de: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/5233>
- Standard & Poor's. (2019) *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*. Recuperado de: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x37611
- Tommasi, A., & Lima, F. (2007). Viva Melhor Sabendo administrar suas finanças.
- Vieira, S. F. A., Bataglia, R. T. M., & Sereia, V. J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração*, 9(3), 61-86.